

## Campos pede política que dê competitividade à agricultura

Senador acusa o governo de privilegiar apenas os setores industriais e cobra redução de "tributos elevados" sobre produtos de consumo básico



Francisco Escórcio

### Escórcio condena plano de demissão de servidor federal

O senador Francisco Escórcio (PFL-MA) manifestou sexta-feira sua preocupação com o Programa de Demissão Voluntária (PDV), lançado pelo governo federal, com o objetivo de reduzir o número de funcionários da máquina administrativa. Na opinião do senador, se por um lado o plano reduz despesas, por outro causa um grave problema social.

- Por trás desses 40 mil servidores que o governo pretende expurgar estão cerca de 200 mil pessoas que vão ficar desamparadas e atiradas à própria sorte - constatou.

Depois de dizer que falava em seu nome pessoal, sem quaisquer interferências do seu partido, por ser um "cidadão brasileiro e um pai de família", Francisco Escórcio cobrou do governo federal uma postura mais humana.

- Agora, vem o ministro Bresser Pereira, com esse tal de plano a oferecer-lhe uma certa quantia, à guisa de indenização, não respeitando esse funcionário, mesmo que ele tenha 10 ou 20 anos de serviço público - concluiu.

### Hollanda quer mudanças após o "prevão"

Diagnóstico proporcionado pelo exame de cursos não deve cair no vazio, adverte o senador Joel de Hollanda ao pedir mudanças no ensino. Página 4



Júlio Campos

O senador Júlio Campos (PFL-MT) defendeu sexta-feira a adoção de uma nova política agrícola para o País, mais moderna e competitiva, que coloque o Brasil na chamada economia globalizada do mercado internacional. Ele também pregou a redução dos "tributos elevados" sobre os produtos de consumo básico.

Júlio Campos classificou a atual política agrícola de "suicida, inconsequente e geradora de imensos problemas para a economia". Segundo ele, o governo vem privilegiando apenas os setores industriais de produtos manufaturados, deixando de contemplar outros "importantes segmentos agroindustriais".

- Evidentemente, não deveríamos denominar de política agrícola o atual quadro, que só contribui para descapitalizar e desestimular a atividade. Não podemos aceitar um tratamento injusto e discriminatório em relação à nossa agricultura, em decorrência de um conceito equivocado e falacioso de modernidade - enfatizou.

O senador reclamou do baixo preço dos produtos agroindustriais e disse que uma vaca custa hoje R\$ 120,00, preço que ele pagou por um almoço para quatro pessoas em um restaurante. Após alertar que a terra foi desvalorizada e hoje não vale quase nada, o senador criticou a medida provisória que trata da cobrança do Imposto Territorial Rural e afirmou que o produtor não pode ser apontado como impeditivo da reforma agrária.

### Alcântara sugere um novo papel para educação de meninos de rua

As escolas podem fazer pelas crianças de rua o mesmo que devem fazer para todas as crianças, que é cumprir adequadamente suas funções de instrução e socialização, afirmou o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

Segundo o senador, após o fracasso dos métodos de confinamento, os projetos de escola pública de tempo integral ou ampliado, destinados a meninos de rua, surgiram como soluções novas que acabam por sobrecarregar as escolas de funções supletivas, atrofiando o trabalho pedagógico propriamente dito.

Ao considerar os limites de infra-estrutura física e de recursos que caracterizam a realidade da escola pública, Alcân-

tara salientou que não se trata de afirmar uma postura dogmática segundo a qual cabe à escola ensinar e nada



Lúcio Alcântara

mais. Para o senador, é preciso que também a escola responda às novas exigências da sociedade, mas sem cair na armadilha de confundir essa maior abrangência da instituição com a proposição de medidas paliativas.

Depois de defender o cumprimento das funções de instrução e socialização do ensino, Alcântara enfatizou que isso não significa dizer que a escola nada pode fazer pelos meninos de rua. Ao contrário, o senador acredita que a escola pode fazer muito por essas crianças "sem desfigurar sua missão institucional".

# Valmir Campelo elogia campanha contra drogas

*Segundo o senador, iniciativa mostra que a sociedade unida será capaz de vencer a ameaça que ronda cada família no Brasil*

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) elogiou sexta-feira a campanha antidrogas lançada em São Paulo pela Associação Parceria Contra as Drogas. "Trata-se da maior, mais bem



Valmir Campelo

cuidada e mais ousada campanha publicitária antidrogas já realizada no Brasil", afirmou o senador, louvando sobretudo o fato de que a idéia é uma iniciativa exclusiva da sociedade civil.

- São as agências de propaganda, os empresários, os médicos, os sociólogos, os psicólogos e voluntários de todas as áreas trabalhando gratuitamente na luta contra esse novo mal do século - disse ele.

Valmir informou que o Confen (Conselho Nacional de Entorpecentes) nunca dispôs de recursos para produzir material publicitário de boa qualidade para suas campanhas, tendo agora sabiamen-

te aderido a essa iniciativa que pretende veicular nacionalmente mensagens abordando de forma direta a realidade da juventude brasileira, com linguagem característica das diversas faixas etárias envolvidas com o vício.

- Vejo dois aspectos importantes nessa iniciativa: primeiro a demonstração inequívoca de que a sociedade é sensível ao problema e está reagindo; o segundo aspecto é mais peda-

gógico, porque essa campanha, na verdade, mostra a toda a Nação os caminhos para enfrentar essa guerra contra as drogas. Somente assim, unida, a sociedade brasileira será capaz de vencer essa ameaça que ronda cada família, cada rapaz e cada moça desse imenso e descuidado Brasil.

Valmir Campelo colocou-se ao inteiro dispor dos organizadores da campanha para ajudar no que lhe for possível, entendendo que "atitudes como essa, mais do que cumprimentos, merecem respeito". O senador se disse convencido de que esforços como esse trarão resultados valiosos, estando certo também de que muitos brasileiros se encontram ansiosos para participar dessa idéia.

## Projeto amplia pena para quem importar arma

Preocupado com a onda de violência que assola a cidade do Rio de Janeiro, o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) apresentou



Gilvam

sexta-feira projeto de lei que impõe pena de reclusão de 3 a 8 anos para quem importar ou exportar, sem autorização da autoridade competente, armas, munição e acessórios destinados à fabricação ou montagem destes produtos.

Na mesma pena incorre, segundo o projeto, quem, sem a necessária autorização, fabrica, adquire, remete, expõe à venda, guarda, oculta, transporta e distribui em proveito próprio explosivo, armamento ou munição de qualquer natureza.

## Agenda do Dia

### PRESIDENTE Senador José Sarney

9h - Participa da abertura do I Encontro Nacional de Informática Aplicada ao Legislativo - Enial 96 - no Auditório Petrólio Portella

10h30 - Despachos internos

14h30 - Preside sessão não deliberativa do Senado

### PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

### PREVISÃO DE TRABALHOS PARA OS PRÓXIMOS DIAS

### PLENÁRIO

Terça-feira (26.11.96)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

- A hora do expediente será destinada a homenagear os 100 anos do início da Guerra de Canudos

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PLS nº 293/95, que dispõe sobre as contas hospitalares no Sistema Único de Saúde; e \*PR nº 106/96, que autoriza o governo de São Paulo a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado (LFTF), cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária vencível no 2º semestre de 96.

### COMISSÕES

Terça-feira (26.11.96)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

**Pauta:** Diversas matérias, destacando-se: **apreciação não terminativa do \*PLC nº 104/95**, que determina que as câmaras municipais sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais para os respectivos municípios; \*PLC nº 119/95, que redireciona recursos do Sistema de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae); e \*PLS nº 198/95, que proíbe o uso de substâncias anabolizantes, naturais ou artificiais, com a finalidade de aumento de massa corporal em animais de abate; **apreciação terminativa do \*PLS nº 298/95**, que dispõe sobre o custo de cada parcela rural em projetos de colonização oficial; e do \*PLS nº 191/96, que

altera a redação da Lei nº 8.031/90, para facultar ao Congresso Nacional, mediante decreto legislativo, excluir empresas do Programa Nacional de Desestatização, dentre outras matérias. *Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa*

10h - Comissão da Reforma Político-Partidária

**Pauta:** Apreciação do relatório preliminar. *Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa*

Quarta-feira (27.11.96)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PEC nº 41/95, que revoga o § 3º do art. 192 da Constituição, que limita as taxas de juros reais em 12% ao ano; \*PEC nº 46/95, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica; \*PEC nº 6/96, que torna o voto facultativo. **Matérias em apreciação terminativa:** \*PLS nº 84/95, que altera o art. 118 da Lei nº 5.682/71 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos); \*PLS nº 07/96, que dispõe sobre o sistema de proteção aos credores e devedores; e \*PLS nº 13/95, que dispõe sobre a instituição de cota mínima de 20% das vagas das instituições públicas de ensino superior para alunos carentes. *Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa*

10h30 - Comissão Especial destinada a proceder ao exame de sugestões encaminhadas por governadores (Processos Diversos nºs 90 a 96/96) e das matérias em tramitação na Casa referentes ao endividamento dos estados e municípios

**Pauta:** Instalação da comissão. *Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa*

Quinta-feira (28.11.96)

10h - Comissão de Educação

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*Requerimento nº 1.133/96 (não terminativo), que trata do sobrestamento do estudo das emendas da Câmara ao PLS nº 110/88, a fim de aguardar a decisão do Senado sobre o PLS nº 197/95, com ele conexo; e \*PLS nº 94/96 (terminativo), que regulamenta, em consonância com o disposto no art. 37, parágrafo 1º, da Constituição Federal, a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos. *Sala 15 - Ala Senador Nilo Coelho*



Odacir Soares

## Odacir apresenta representação contra Suplicy

O senador Odacir Soares (PFL-RO), primeiro-secretário do Senado, encaminhou sexta-feira à Presidência da Casa representação contra o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) junto ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado.

Odacir acusa Suplicy de ter ferido o decoro parlamentar e abusado das prerrogativas do cargo de senador nos dias 13 e 14 últimos, quando tentou obter documento de informações encaminhado pelo ministro da Fazenda sobre possíveis irregularidades cometidas por Celso Pitta, ex-secretário de Finanças do município de São Paulo e adversário de Lufiza Erundina na eleição para a prefeitura da cidade. O primeiro-secretário pede ao Conselho de Ética inclusive a cassação do mandato de Suplicy.

Soares afirma que Suplicy "faltou com respeito ao Senado" ao dirigir-se à Primeira Secretária "com a finalidade de intimidar os funcionários daquele órgão, para que lhe fosse entregue o documento de seu interesse sem a devida autorização do primeiro-secretário, promovendo ou estimulando que pessoas estranhas ao órgão tentassem abrir gavetas ali existentes ou manipulassem, inclusive, o arquivo pessoal" de Odacir Soares.

Odacir diz ainda que o senador paulista "sustentou a continuidade de uma sessão legislativa com apenas dois senadores de seu partido, para chamar a atenção dos meios de comunicação, em especial da cidade de São Paulo, como tentativa de fabricar um fato relevante para impulsionar a agonizante candidatura de sua correligionária à prefeitura do município de São Paulo".

# Reeleição permite corrupção no processo eleitoral, diz Requião

*Presidente tem a chave do cofre, o controle da mídia e, de certa forma, conduz a opinião pública, observa o senador*

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou sexta-feira que reeleição no Brasil significa "catalisação do processo corruptor que ocorre durante os períodos eleitorais". O senador observou que o Presidente tem a chave do cofre, o controle da mídia e, de certa forma, conduz a opinião pública.

Requião deu um exemplo do



Requião

que pode ocorrer se a reeleição para presidente da República for permitida no País: o presidente enfrenta uma disputa com um candidato de uma coligação formada por pequenos partidos; oferece um ministério ao candidato, e, então, "a expectativa da vitória é substituída por uma participação concreta no poder", e depois ofere-

ce a um presidente de um pequeno partido a diretoria de uma estatal. "O processo eleitoral se corrompe de maneira absoluta", disse.

Ao referir-se à proposta de independência para o Banco Central, feita na quinta-feira pelo senador José Fogaça (PMDB-RS), Requião considerou um risco conceder autonomia a uma instituição que permitiu o que aconteceu com o Nacional e o Econômico.

## Jefferson não aceita alterar horário de sessão

O senador Jefferson Peres (PSDB-AM) manifestou-se contra a antecipação, para o período da manhã, das sessões deliberativas normalmente realizadas nas tardes de quinta-feira.

- Nesse ritmo, vamos acabar tendo apenas uma sessão deliberativa por semana. Não é com atitudes como essa que vamos ganhar o respeito da sociedade - disse Jefferson, ao declarar-se favorável a sessões deliberativas do Senado também às sextas-feiras.

Jefferson Peres disse apoiar, integralmente, o discurso em que o senador Pedro Simon (PMDB-RS) discordou da forma como a Casa indica parlamentares para missões oficiais ao exterior (veja matéria abaixo).

O senador também insurgiu-se contra os parlamentares que tiram licença superior a 120 dias para permitir ao suplente receber vencimentos no exercício da substituição.



Jefferson Peres

No mesmo discurso, Jefferson afirmou que "condicionar a privatização da Vale do Rio Doce à tese da reeleição é antiético e imoral".

- Temos que considerar exclusivamente se a reeleição é boa ou não para o País. Receio muito que, nesse caso, se desmoralize o presidente da República e o Congresso Nacional - observou.

Jefferson foi apartado pelo senador Roberto Requião.

## Simon quer regular viagens de senadores

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) pediu sexta-feira que seja votado em regime de urgência o projeto de sua autoria que submete ao plenário do Senado as indicações dos parlamentares designados para viajar representando o Senado. Simon afirmou não concordar com a in-



Pedro Simon

dicação do senador Ernandes Amorim (RO) para representar o Senado na Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York, como observador.

- Espero que o presidente do

Senado, José Sarney, explique por que Amorim foi indicado no dia seguinte à sua saída do PMDB. Não acredito que essa decisão tenha sido tomada pelo líder do PMDB, senador Jader Barbalho - disse.

Pedro Simon manifestou-se a favor da saída do senador Gilberto Miranda (AM) do PMDB. Disse também que Miranda deveria renunciar à presidência da Comissão de Assuntos Econômicos, cargo que, segundo disse, pertence ao partido.

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), em aparte, salientou que o projeto para o qual Simon pediu urgência versa sobre mudanças no Regimento Interno do Senado. Alcântara disse que a matéria foi discutida em uma comissão especial, da qual ele foi relator, e as propostas tiradas já foram encaminhadas à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde aguarda parecer do senador Ramez Tebet (PMDB-MS). Lúcio Alcântara afirmou que seria oportuno que as mudanças no Regimento sejam votadas antes da eleição da nova Mesa Diretora.

## Senado participa de festival do livro em Goiânia

O Senado estará presente com um estande no I Festival do Livro de Goiás, que começa amanhã, na capital do estado, e prossegue até o dia 1º de dezembro. No estande, será lançado o livro *Dados Biográficos dos Senadores de Goiás*, desde o Império, com distribuição gratuita. O lançamento ocorrerá no dia 29, às 10h30, e comparecerão os três senadores do estado - Iris Rezen-de, Mauro Miranda e Onofre Quinan, todos do PMDB.

Cerca de 23 publicações editadas pela Casa estarão à disposição dos visitantes, a preços simbólicos, como *Canudos e outros temas*, de Euclides da Cunha, *Direitos Humanos e Constituições Estrangeiras*.

## Começa encontro sobre informática no Legislativo

Durante dois dias, a partir das 9h de hoje, técnicos do Senado e de assembleias legislativas estaduais discutem como melhor empregar a informática, no I Encontro Nacional de Informática Aplicada ao Legislativo, no Auditório Petrônio Portella.

Quatro grandes temas estarão sendo debatidos no encontro: democratização do acesso às informações, sistemas de apoio ao processo legislativo, acervos de informações e a experiência parlamentar no uso da informática.

# Hollanda não quer que o diagnóstico feito pelo "provão" caia no vazio

O conhecimento a respeito da qualidade dos profissionais e do sistema universitário do País, por meio do *provão*, "não pode permanecer no vazio", disse sexta-feira o senador Joel de Hollanda (PFL-PE), ao defender providências necessárias à transformação da realidade constatada no ensino superior.

O senador afirmou que as críticas ao exame não são sustentáveis, se submetidas a uma reflexão isenta e criteriosa. "Não podemos, pois,



Hollanda

permitir que o destino do povo brasileiro seja determinado pelo ranço corporativista, pelo medo da concorrência, pela preguiça e pela ignorância", acrescentou.

Já sabemos quem tem medo do *provão*: o mau aluno, o empresário despreparado, as instituições incompetentes e os demagogos de todos os "matizes" - disse.

Joel de Hollanda ressaltou que o Congresso Nacional não pode deixar de participar de todas as etapas das discussões em torno do *provão*.

## Requião anuncia projeto para garantir resposta na imprensa

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) anunciou sexta-feira que deverá apresentar já na próxima semana projeto garantindo o imediato direito de réplica às pessoas que se sentirem atingidas em sua reputação por notícias divulgadas nos meios de comunicação social. Pela proposta, inspirada na legislação alemã, se o veículo de comunicação não garantir o espaço reivindicado pelo cidadão lesado, terá 48 horas para justificar-se perante o juiz, que poderá então decidir imediata e

liminarmente sobre o direito de resposta.

O projeto estabelece que essa resposta nunca será de duração inferior a 3 minutos no caso de televisão e a 10 minutos no caso de rádio. Na hipótese de a ofensa ter sido cometida por jornal, a réplica deverá ocupar nunca menos do que o espaço utilizado para a condenação.

Requião informou que pretende estabelecer, na proposição, uma multa para os órgãos de comunicação que não reservarem o espaço para a réplica.



Lauro Campos

## Lauro Campos defende Vale e critica governo

O senador Lauro Campos (PT-DF) defendeu a manutenção da Companhia Vale do Rio Doce como empresa estatal e criticou o governo de Fernando Henrique Cardoso como "um caruncho que está destruindo o País". Ele recordou, ainda, previsões que fez 20 anos atrás, em pronunciamentos e artigos, onde anteviu o processo de desestatização em curso, "logo que secassem as generosas tetas dos recursos públicos".

Depois de relacionar as dimensões da Vale e suas subsidiárias, bem como destacar a importância estratégica de seu trabalho, o senador petista lembrou "o ódio" devotado pelo atual governo ao funcionalismo público e a contradição de um presidente da República "que parece ter três fontes de renda, sendo duas aposentadorias e os vencimentos de presidente, mas investe contra os funcionários que acumulam uma aposentadoria e voltaram ao mercado de trabalho".

A SESSÃO DE SEXTA-FEIRA DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES JÚLIO CAMPOS, VALMIR CAMPELO, JEFFERSON PERES E GILVAM BORGES

### MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho  
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odaírc Soares  
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias  
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agaciela da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

### Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal  
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita  
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade  
Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso  
Diagramação - Sérgio Silva, Wesley Carvalho e Osmar Miranda  
Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Fernando Varela e Lindolfo Amaral

■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal